REFLEXÃO

O IMPEDIMENTO E O TEMPO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O tempo passou na janela
Só Carolina não viu

Chico Buarque

O ANO de 2016, como os demais, segue o ritual do tempo, lento para os jovens e veloz para os mais seniores! Para os brasileiros, de uma forma geral, o ambiente deste exercício veio carregado de areia, com uma crise política e econômica enorme, geradora de atrito a cada minuto. Todos ficam em permanente estado de alerta. Cada mero sinal é um risco, com desgaste e tensão até para os mais serenos. Será tudo muito difícil no cenário de curto prazo!

Entre a preocupação com as safras seguidas dentro de um mesmo ano, o produtor assiste angustiado ao processo de impedimento ou *impeachment* da presidente. Nesse momento, bate a incerteza. Pontos cruciais são levantados pela opinião pública. Como frear a baixa da economia, com queda na renda e no emprego? Quantos meses e anos correrão para trazer a taxa de inflação ao centro da meta? Como ficará a taxa de juros de um empréstimo pendente? Estas são as perguntas frequentes.

Na verdade, quando pensamos sobre o *impeachment*, sentimos a convivência de dias nervosos. Isso nos faz relembrar experiências anteriores penosas. É o caso do processo movido pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Lavenère, contra o então presidente Fernando Collor de Mello, em setembro de 1992. No mesmo mês, a Câmara aprovou a abertura do processo.

Cercado de desafios em diversas frentes para serem superados, o vice-presidente Itamar Franco assumiu provisoriamente a Presidência em 2 de outubro de 1992. Em dezembro, o Senado condenou Fernando Collor à perda de mandato.

Um dos grandes problemas foi a necessidade de ajustar as contas públicas. Itamar criou um governo de coalizão. Graças aos passos firmes da sua administração, as condições econômicas prévias foram montadas para o Brasil receber o Plano Real e estancar a hiperinflação dos preços, que, entre 1993 e 1994, registrava, respectivamente, 2.780,6% e 1.093,8% e que, em 1995, foi para 14,7%.

Esse é o exemplo positivo e o mais recente. A diferença com relação ao que estamos vivendo hoje consiste nas dúvidas e nas inseguranças de um continuísmo, uma falta de mudanças. O agronegócio, que banca as contas brasileiras, continuará a fazê-lo? Estamos às vésperas de se anunciar o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2016/17. Essa é a tábua de salvação da balança comercial. Quais serão as dotações de recursos e as taxas de juros? Teremos alguma previsibilidade sobre o comportamento do câmbio? Teremos um governo que valorize o Ministério da Agricultura?

Ao se reclamar do tempo, os mais velhos se esquecem da máxima de Einstein que diz que "a única razão para o tempo é que não aconteça tudo no mesmo instante". Seria, então, a prática de uma boa governança para induzir a produção, o crescimento e o emprego. Assim, indiferente, o tempo dá tempo à reflexão para a escala de prioridades e ações.

Tudo isso sob os olhos fixos da sociedade brasileira, a grande perdedora ou ganhadora desse pacto político. A estrela cai, como um meteoro, realimentando o amadurecimento de um país que não mais deverá buscar um salvador! Temos um agronegócio para ser olhado positivamente como uma alavanca da conquista do progresso, algo de que poucos países dispõem. ■

